

Palestras sobre Previdência complementar, Petros e AMS enriquecem IV Congresso da FNP

A plenária deste sábado, 29, da FNP sobre Previdência complementar contou com a participação do Dr. Antonio Castagna Maia, advogado da FNP com relação ao Plano Petros e a repactuação.

Duas pauladas do governo FHC ajudaram a agravar a situação do aposentado pelo INSS: o surgimento do fator previdenciário e a imposição da média das 80% maiores contribuições para o cálculo do benefício.

Com relação à suplementação da aposentadoria, a categoria petroleira ainda enfrentou o ataque ao fundo de Previdência complementar. A situação piorou com a criação do Petros 2, que veio a rebaixar, criar redutores para a aposentadoria, empobrecer aposentado, já que é um mecanismo de concentração de renda para a patrocinadora.

Segundo o Dr. Castagna Maia, "o Conselho Administrativo decidiu

orientar a diretoria da Petrobrás a proibir a entrada de novos sócios no Plano Petros BD (Benefício Definido). A diretoria foi além e decidiu encerrar o Plano. E o Plano ainda foi fechado de modo retroativo". "Ainda houve pressão em cima dos trabalhadores por causa do déficit do fundo, que, na verdade, era dívida da patrocinadora. Depois veio o assédio sobre os participantes para a repactuação, para os trabalhadores aceitarem dividir com a patrocinadora a dívida dela", explicou.

O palestrante ainda enfatizou que a Previdência complementar com contribuição definida não garante a aposentadoria e não tem parâmetro com os salários da ativa. "A patrocinadora fez uma escolha ideológica para implantar um modelo de fundo neoliberal", analisou.

Na plenária seguinte, os conselheiros e suplentes da Petros Agnelson,



Ronaldo Tedesco, Roberto Ribeiro e Silvio Sinedino discutiram a AMS e apontaram a necessidade de a categoria lutar pelo Plano Petros BD para todos.

Plenária sobre reorganização do movimento sindical debate o papel de uma central sindical

A votação do regimento do IV Congresso Nacional da FNP iniciou os trabalhos realizados ontem (29/05), 2º dia do Congresso que vai fundar a nova federação da categoria, em Santos. Em seguida, foi iniciada a plenária sobre a reorganização do movimento sindical.

A discussão diz respeito à construção da nova central sindical formada pela união da Conlutas com a Intersindical. Os debatedores foram os companheiros Leandro (oposição do NFeIntersindical), Mané Melato (Intersindical), Mancha (Conlutas), Castelani

e Levi Figueiredo (independentes de centrais sindicais), Munhoz e Emanuel Cancela (CUT).

Os participantes da mesa defenderam posições distintas com relação ao tema. Foram defendidas posições favoráveis e contrárias à criação da nova central. Os debatedores também apontaram vícios de velhas centrais sindicais, a luta



pela construção da nova central sindical dos trabalhadores, a burocracia sindical, o atrelamento a governos e patrões e refletiram sobre experiências anteriores.

Em pauta, unidade de aposentados e pensionistas com petroleiros da ativa

Unificar aposentados e pensionistas à luta da ativa para fortalecer a categoria. Este foi o sentimento compartilhado na tarde de ontem (29/05) durante plenária sobre a organização dos aposentados na Frente Nacional dos Petroleiros (FNP).

As discussões giraram em torno das remunerações variáveis impostas pela Petrobrás, instrumento utilizado pela empresa que rebaixa de forma substancial as aposentadorias dos trabalhadores. Um dos exemplos desta política nefasta da companhia, a PLR foi citada como uma das ferramentas de congelamento dos salários.

“A empresa impõe de forma unilateral o valor que bem entende. Mesmo tendo direito a 25% dos dividendos destinados aos acionistas da Petrobrás, os trabalhadores não recebem nem 15%. E este ano, se depender da Petrobrás, não será diferente”, afirmou os diretores da FNP.



Por fim, os aposentados fizeram questão de deixar uma mensagem à ativa. “Estamos juntos na construção

desta nova entidade e dependemos da força da ativa para melhorar e manter nossas conquistas”.

Debate sobre regime de trabalho coloca em xeque política da Petrobrás

Com as discussões da plenária sobre regime de trabalho, realizada ontem (29/05), mais uma vez a categoria petroleira fez duras críticas à política de Recursos Humanos da Petrobrás. Os debates foram intensificados após a apresentação da implantação do regime de 12 horas na UTGCA aos técnicos de manutenção.

Citando o histórico de luta da categoria pela redução da jornada de trabalho, muitos petroleiros se manifestaram contra o uso abusivo de regimes de turno, hora extra e dobradinhas para aumentar os rendimentos. O consenso é de que essas medidas, além de serem meramente paliativas, apenas reforçam a defasagem salarial dos trabalhadores e impedem novas contratações.

Além disso, são o reflexo dos salários baixos que a 4ª maior empresa do ramo energético do Mundo im-



põe aos seus funcionários. Para a FNP, uma das ações a serem desenvolvidas pela nova Federação é combater as práticas de assédio e demissões arbitrárias da companhia.

Leninha

Símbolo do descaso da Petrobrás com seus funcionários, Edilene Farias

- a Leninha – participou da plenária e contou mais uma vez o drama que vive desde que foi demitida ilegalmente pela empresa.

Alegando “abandono de trabalho”, a Petrobrás demitiu Leninha no dia 9 de novembro de 2009. Além de ser ilegal, afinal foi executada mesmo com CAT emitida por um órgão reconhecido, o CESAT (Centro de Referência a Estudos da Saúde do Trabalhador do Estado da Bahia), a demissão foi executada a três dias de uma biopsia que realizaria em São Paulo.

Atualmente, Leninha depende da ajuda de amigos para continuar tendo acesso aos medicamentos que combatem suas doenças. “Para dar sequência aos meus tratamentos, desde que a empresa me demitiu ilegalmente conto com a solidariedade de companheiros e entidades como FNP”.